

Allan de Abreu

COCAÍNA

A ROTA CAIPIRA

O narcotráfico no principal
corredor de drogas do Brasil

1ª edição



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2017

Introdução

No mapa, o ponto perfeito

Lá na planície do baixo Tietezão, onde o rio gordo e levemente azulado deixou para trás toda a sujeira da cidade grande, a cana forma um grande lençol estendido, mar sem fim, rasgado aqui e ali por cicatrizes ocre, estradas de terra a marcar a presença do homem e suas máquinas. A 300 metros do chão, Medina contemplava absorto, da cabine do seu Cessna, o lento baile das folhas finas e alongadas lambidas pelo vento, sob o sol reluzente do verão caipira.

— Vai dar tudo certo, vai dar tudo certo — repetia para si, baixinho.

O paraguaio era piloto escaldado; anos levando e trazendo fazendeiros e empresários, daqui para lá, de lá para cá. Mas experiência nenhuma apaga a tensão quando se leva, em vez de gente, 400 quilos de cloridrato de cocaína, pura, fabricada e embalada na Bolívia. Viagens de Medina com droga foram poucas, e mesmo assim sempre para as bordas de Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira, cioso do apregoador risco de se voar em céus brasileiros, com seus vigilantes radares. Para o interior paulista, era a rota inaugural. Por isso ele não poderia deixar de notar o longo deserto verde dos canaviais paulistas, sem vivalma naquela manhã de 29 de janeiro de 2013. Nem homens, nem tratores.

Até que Medina avistou, ao longe, dois pontos alvos, brilhantes, na paisagem monocromática. Latitude e longitude exatas do pouso combinado no dia anterior. Eram eles: os encarregados de receber a preciosa carga. Medina sentiu um súbito alívio. Reduziu a rotação do motor e começou a perder altitude. Acionou o flap da asa, aprumou o avião na direção exata da estrada de chão batido, transformada em pista improvisada. Quando o trem de pouso tocou o solo, uma espessa poeira borrou de vermelho o azul do céu. O avião perdia velocidade e, mal havia parado de vez, uma das caminhonetes encostou debaixo da asa esquerda.

Medina abriu a porta larga do Cessna e olhou para os colegas. Bastou um rápido aceno, silencioso. Não havia tempo para conversa. Mas o piloto não deixou de notar que um dos homens, alto de cabelos grisalhos, portava um fuzil AK-47, arma potente e propositalmente ostensiva, perfeita para afastar qualquer ameaça à empreita. Enquanto o homem esticava os olhos em direção ao canavial, outro subia na aeronave e, com Medina, jogava os tabletas para os outros dois na carroceria da caminhonete, em movimentos rápidos. Em 10 minutos, a carga estava toda no veículo. Medina se preparava para fechar a porta do Cessna quando ouviu o primeiro disparo. E depois outro. Eram agentes da Polícia Federal, treinados para abordar aeronaves com drogas. Camuflados na cana alta, esperaram a cocaína ser depositada na caminhonete para atacar.

Medina tinha de pensar rápido, o que não é fácil em situações de pânico. Cerrou a porta, acelerou o motor do avião, que permanecera ligado — é sempre assim quando se carrega droga, para facilitar eventual fuga.

O problema é que não havia estrada suficiente à frente do Cessna para uma nova decolagem. O avião rasgou parte do espesso canavial e entalou, sufocado pelas folhas e talos. Medina só teve tempo de abrir novamente a porta da aeronave e sumir em meio à cana. Fugiu, assim como os outros quatro da equipe em solo, que revidaram os tiros dos policiais — quatro atingiram a caminhonete da PF — e fugiram a mais de cem quilômetros por hora pelas estradelas que se

bifurcavam entre os talos da cana. Um helicóptero da Polícia Militar foi acionado para as buscas na região, sem sucesso.

A cocaína chegaria a São Paulo, seu destino final.

Era o dia da caça.

Desolados, os agentes da PF retornaram à pista. Além do avião semidestruído, quatro bolsas espalhadas na terra batida, onde havia R\$ 1,5 milhão em notas de R\$ 100. Era o pagamento pela droga, que Medina deveria levar de volta ao Paraguai.

Um dos policiais mirou o céu azul, o sol a pino. No pulso esquerdo, o relógio indicava que passava um pouco das 15 horas.

O que aconteceu naquele dia na zona rural de Igarapu do Tietê, pequeno município no centro-oeste paulista, foi só mais um capítulo de uma novela que nunca termina. Quase todos os dias um avião abarrotado de cocaína toca o solo dos extensos canaviais da rota caipira. Com largas vantagens para o tráfico, já que raramente há policiais à espreita, no meio da cana.

*

A região formada pelo interior paulista, Triângulo Mineiro e sul goiano é nevrálgica para o narcotráfico internacional. Ponto estratégico no mapa logístico dos traficantes, caminho entre os países produtores da droga — Colômbia, Bolívia, Peru e Paraguai — de um lado, e os grandes centros de consumo, como São Paulo e Rio de Janeiro, de outro. E não é só. No interior do estado de São Paulo, sala de visitas do tráfico, tudo parece favorecer o escoamento da cocaína para as grandes capitais e o exterior. Por terra, a grande malha rodoviária — 31,4 mil quilômetros de estradas com boa pavimentação, a maior parte sem fiscalização policial — favorece o transporte sem sobressaltos. Pelo ar, o tempo bom a maior parte do ano e o relevo plano facilitam o pouso de pequenos aviões carregados com pasta-base de cocaína. Facilidades que fizeram a região se tornar o maior entreposto brasileiro do tráfico internacional em grande escala. Tanto que o jargão policial criou, em alusão à cultura predominante na região, o apelido “rota caipira” do tráfico, que dá nome a este livro.

A existência da rota é reflexo direto do perfil camaleônico da capital do estado mais rico do país no submundo do tráfico. Maior centro consumidor de drogas no Brasil, São Paulo é também caminho de distribuição de entorpecentes para outras regiões, como Nordeste e Rio de Janeiro. Também serve de base para a remessa, via aeroporto internacional de Guarulhos, de cocaína para o exterior, geralmente camuflada no estômago de mulas. O porto de Santos (SP), a 80 quilômetros, além dos de Paranaguá (PR), Rio de Janeiro e Vitória, completa a rota internacional, quando a droga embarca em contêineres dos grandes navios com destino à Europa.

Rápida, uma aeronave vence com facilidade os cerca de mil quilômetros de distância entre a fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia e o interior de São Paulo. No trajeto, quase sempre passa despercebida pelas forças de segurança, e no momento do pouso encontra um cenário perfeito: a planície das regiões de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Bauru possibilita a construção de pistas improvisadas em poucas horas. A cana-de-açúcar que domina a paisagem caipira é uma aliada imprescindível — se a planta está baixa, é possível visualizar a quilômetros qualquer campana policial. Quando fica alta, perto do ponto de colheita, camufla a aeronave e aumenta a dificuldade para a polícia saber o ponto exato do pouso.

A CPI do Narcotráfico na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo constatou, no início dos anos 2000, 32 pistas clandestinas no noroeste paulista, a maioria usada para o transporte de cocaína. A comissão chegou a solicitar a implosão dessas pistas, mas o governo estadual negou o pedido, alegando os altos custos. Em 2010, apurei que dezenove delas permaneciam ativas. Em 2013, a Polícia Federal contabilizava pelo menos duzentas na zona rural do interior paulista.

A Lei do Abate, de 2004, poderia evitar o tráfico aéreo. Ela permite que caças da FAB derrubem aviões suspeitos no espaço aéreo nacional. Mas a exigência de prévia autorização da Presidência da República e os questionamentos jurídicos — na prática, é a instituição da pena de morte, já que não dá chances de defesa para o piloto — fizeram com que a lei se tornasse letra morta. Para o tráfico, o único prejuízo com a

nova legislação parece ter sido o encarecimento do frete entre Paraguai-Bolívia e São Paulo cobrado pelos pilotos — de US\$ 5 mil no início do século para US\$ 10 mil, em média, nos dias de hoje.

A falta de aparato repressivo também contribui para a ineficácia da lei. Na região de Cáceres (MT), ponto de partida de boa parte da droga que chega ao interior paulista, o único radar, em Porto Esperidião, se limita a controlar o tráfego aéreo. Em 2012, o governo federal anunciou a implantação de um moderno sistema de monitoramento de fronteira, o Sisfron, com equipamentos de comunicação e centrais de comando interligadas por meio de radares. A previsão era investir R\$ 12 bilhões em uma década. Mas, passados três anos, por falta de verbas, o sistema nem sequer havia passado da fase de testes em Dourados (MS), cobrindo apenas 4% da fronteira do Brasil.¹

Nada no planeta proporciona um lucro tão fabuloso em tão pouco tempo como a cocaína. Uma liquidez fabulosa. Entre os países andinos e o continente europeu, o ganho do tráfico assusta. Um quilo de cloridrato de cocaína, a droga pura, é adquirido na região de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, a US\$ 1 mil. Na fronteira com o Brasil, já dobra de preço. Em São Paulo, é negociado a US\$ 8 mil. Quando chega à Europa, vale pelo menos US\$ 50 mil. Uma diferença de 1.900% que se explica não pelo produto, mas pelos riscos que dezenas de homens assumiram para fazer com que o entorpecente chegasse ao seu destino final — os traficantes precisam deslocar em segredo tanto seu produto quanto seus lucros, lavados em fazendas, empresas e veículos, além de fugir constantemente da morte ou prisão. Mas, se as perdas são irrisórias comparadas ao volume movimentado, e se a prisão é um risco distante, o tráfico de drogas subverte as leis da economia, em que o lucro é proporcional aos riscos do negócio. Aplicações em fundo de investimento ou mesmo ações na bolsa de uma multinacional sólida embutem as oscilações naturais do mercado. Com a cocaína não é assim. Sempre haverá demanda sólida. Basta planejamento e sorte para escapar da polícia. O capitalismo ideal, sem risco.

Não há como mensurar as toneladas de pasta-base de cocaína que todos os meses atravessam a rota caipira. Mas a quantidade de droga apreendida pela Polícia Federal entre 2007 e 2012 atesta a importância

de São Paulo e, mais especificamente, do seu interior para o narcotráfico. No ranking das 27 unidades da federação, São Paulo é líder na quantidade apreendida da droga, com 26,4 toneladas, à frente até mesmo de estados vizinhos a países produtores, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Desse total, quase 9 toneladas foram no norte e noroeste do estado, a principal base da rota caipira.

O protagonismo do interior do estado chegou ao auge em 2011, quando a delegacia da PF de Ribeirão Preto confiscou 1,3 tonelada de cocaína, a terceira maior apreensão entre as unidades da corporação em todo o país. Naquele ano, a PF apreendeu mais droga no norte do estado de São Paulo do que em 23 dos 27 estados brasileiros.

O que os números não dizem é o permanente risco de morte daqueles que se aventuram a combater os traficantes pelos céus paulistas. O principal deles atende por Pinelli. Luiz Antônio da Cruz Pinelli, agente da Polícia Federal, tem trinta anos de carreira e participou de mais de uma centena de investigações policiais contra o tráfico. Pelo menos 22 foram na rota caipira. Numa delas, em junho de 1994, apreendeu 7,3 toneladas de cocaína em uma fazenda de Guaraí, Tocantins. A droga pertencia ao cartel de Cáli, Colômbia, e seria enviada aos Estados Unidos pelo porto de Santos, disfarçada em um carregamento de fumo, depois de rasgar o interior paulista. Cinco homens, colombianos, faziam a segurança da droga na propriedade com fuzis AK-47. Um tentou lançar uma granada nos policiais, mas levou um tiro no peito. Até hoje, é a maior apreensão da droga em território brasileiro. Só foi possível depois de dezessete dias de campana, ininterrupta, no meio do mato.

Mas Pinelli é especialista em esperar, como atesta a sua pele avermelhada e ressequida, sapecada pelo sol inclemente do interiorzão do Brasil. Ele chegou a ficar 21 dias no meio do mato, à espera de uma aeronave que desceria com droga, nos rincões de Mato Grosso. À tarde, com o sol a pino, a roupa camuflada colava na pele e pequenos fios de suor escorriam do pequeno chapéu de abas curtas. Sempre de olho na pista de terra vermelha logo à sua frente, de tempos em tempos ele tomava um gole d'água do cantil, para evitar a desidratação. A comida se

limitava a barras de cereal ou ração importada dos Estados Unidos, que vem em pó e é aquecida em 10 mililitros de água. Na terceira semana, quase sem água nem alimento, a pele dolorida pelas picadas de insetos, Pinelli ensaiava desistir quando o silêncio da mata deu lugar ao zunido do Cessna abarrotado de cocaína pura.

Nesses casos, a estratégia da PF é quase sempre a mesma. Cinco policiais se escondem no canavial, sendo que dois ficam próximos à pista, lado a lado, armados com fuzis. Assim que o avião pousa e começa o descarregamento da droga, ambos atiram no motor da aeronave, para impedir que ela decole novamente, enquanto outros dois rendem a quadrilha. A ação deve ser rápida — em 5 minutos, a aeronave pousa, uma caminhonete estaciona sob a asa, a droga é descarregada e o aparelho, acelerado, retoma voo. Se não for possível parar o avião, um quinto policial grava tudo em vídeo, e o armazena como prova contra os traficantes.

Narrar os meandros da rota caipira é também destrinchar o tráfico no Brasil e no mundo. Conhecer as veias e entranhas do grande fluxo mundial da cocaína. Tomar o pulso dos seus protagonistas. Auscultar seus caminhos.

Para entender melhor esse protagonismo do interior paulista no narcotráfico internacional é necessário voltar os olhos para os grandes fluxos mundiais da cocaína, consumida por 17 milhões de pessoas no mundo, segundo a ONU.² A rota entre os países andinos e a Europa, passando pelo Brasil e a África, é a segunda maior do tráfico internacional de cocaína, atrás apenas da conexão Colômbia–México–Estados Unidos, segundo a ONU. Mercado para tanta cocaína não falta. A Europa é o segundo maior mercado consumidor de cocaína do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. A maior parte da droga chega ao continente pelo mar, geralmente em contêineres de carga, via África ocidental.

O principal país de trânsito entre as regiões produtoras de coca e a Europa é o Brasil. A ONU estima que 30% do cloridrato que chega ao solo brasileiro seja exportado.³ Essa rota passa, na maior parte dos casos, pelo interior paulista, o porto de Santos e a África — com

participação decisiva de máfias nigerianas, congolezas, libanesas e italianas que atuam no Brasil, sobretudo em São Paulo, capital. Obviamente, parte considerável dessa droga é comercializada nos grandes centros brasileiros. A ONU indica que 1,75% da população adulta do país seja viciada em cocaína, enquanto a média mundial não passa de 0,4%. Isso faz do país um dos principais mercados da droga no mundo.⁴

Há basicamente três modos de transporte via rota caipira. Além dos aviões que, vindos da Bolívia ou Paraguai, rasgam o Centro-Oeste até o interior de São Paulo, há aqueles que saem do estado de São Paulo com plano de voo até Cáceres, Corumbá ou Ponta Porã, na região de fronteira. Próximo ao destino, porém, desviam para o território paraguaio ou boliviano, se abastecem com a droga e regressam ao Brasil. Outro método utiliza rota contrária: as aeronaves saem da Bolívia ou do Paraguai, arremessam o entorpecente em Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul e retornam. A cocaína é embarcada em caminhões e levada para o interior paulista.

Esses são os esquemas atuais. Já suas origens se perdem na neblina da história. Não há data precisa a respeito da origem da participação do interior paulista no tráfico internacional. Uma das hipóteses é de que seus primórdios datam da década de 1970, quando vendedores ambulantes, os chamados sacoleiros, passaram a levar droga — na época, maconha — junto com produtos contrabandeados, como roupas, cigarro e uísque, do Paraguai até São Paulo, passando pelo interior. Documento de 1972 do serviço de inteligência do Exército já citava uma rota do contrabando e do narcotráfico entre Três Lagoas (MS) e Bauru (SP), inclusive com o transporte de drogas por ferrovias.⁵ Seis anos depois, outro relatório confidencial do Cisa, o setor de inteligência da Aeronáutica, apontava para “uma possível rede de tráfico de cocaína” na região de Araçatuba (SP). De acordo com os papéis, um “piloto de garimpo” faria o transporte de cocaína de Corumbá (MS) até a região por meio de um Piper, monomotor de asas altas comum na época. “O pessoal do aeroporto sempre o vê chegar com ‘saquinhos de couro’ do

tamanho aproximado de sacos de 1 quilo de açúcar”, afirma o documento,⁶ um dos primeiros a descrever a rota caipira.

Nos anos 1980, o noroeste paulista se tornaria base de emigrantes com destino à fronteira agrícola no Centro-Oeste, além de entreposto dos grãos produzidos nos rincões de Mato Grosso. Já no fim da década, não demoraria para que, em meio ao milho e à soja, viessem, escondidas, cargas da droga.

O lícito sempre se mistura ao ilícito.

Assim caminham as grandes redes do comércio de drogas.

Com a popularização de entorpecentes mais potentes entre norteamericanos, europeus e também brasileiros, como a cocaína, droga mais cara do que a maconha, a rota passou por um processo de sofisticação logística. Foi na “conexão caipira” que a Polícia Federal, com apoio da DEA, descobriu um grande esquema do cartel de Medellín para levar droga até a capital paulista. Agentes do órgão norteamericano de combate ao narcotráfico se infiltraram na quadrilha do colombiano Juan Lopez Zuñiga, ligado ao lendário Pablo Escobar, para negociar um grande carregamento de cocaína. Descobriram que Zuñiga estava associado aos irmãos Reginaldo e Rosenberg Tahan, empresários em Ituiutaba, para operar a rota. A droga, 130 quilos de cocaína pura, partiu da Colômbia de avião até a Bolívia e em seguida para o Triângulo Mineiro, de onde seguiu em dois automóveis até um posto de combustível de Barretos, onde foi entregue aos dois agentes infiltrados. Naquele momento, toda a quadrilha foi presa, inclusive Zuñiga. À época, foi a maior apreensão da droga pura na história do país.⁷ Sinal de que o tráfico se alastrava em terras caipiras. No início dos anos 1990, farmácias de Ribeirão Preto passaram a servir ao tráfico, desviando insumos para o refino da pasta-base em laboratórios improvisados na zona rural da região. Assim se completava o ciclo industrial do narcotráfico, do transporte à manufatura. Hoje, essa rota é muito dinâmica. Cada grupo tem uma estratégia diversa, com o uso de carros, caminhões ou aviões, e locais diversos de operação no interior do estado.

Para combater esse avanço, a Polícia Federal também se sofisticou. A partir da década de 1990, passou a investir em técnicas mais avançadas de combate ao narcotráfico no atacado. Até então, com raras exceções, o órgão optava por investir em barreiras nas regiões de fronteira com Paraguai e Bolívia. Se as apreensões de droga eram constantes, nunca se chegava ao verdadeiro dono do entorpecente, que raramente se aproxima da carga. Então decidiu-se mudar a tática, com investimento em inteligência policial: escutas com autorização judicial, campanas, cruzamento de informações. Com isso, a Polícia Federal montou um banco de dados com informações detalhadas de milhares de traficantes no Brasil e no exterior. Com essa teia em mãos, basta puxar um fio para que todo o novelo se desenrole. Um traficante, inevitavelmente, leva a outro, e assim por diante. Em cerca de um ano, na média, toda a cadeia de comando de uma quadrilha está formada diante dos policiais.

Reunir tanta informação não é tarefa fácil. A PF conta com técnicas avançadas de monitoramento telefônico, por meio de equipamentos sofisticados como o Guardiã. Mas o tráfico está cada vez mais relutante em utilizar telefones para tratar de seus negócios escusos. E aí que entra a campana, técnica fundamental para elucidar os grandes esquemas do comércio de drogas.

Para combater o tráfico, é necessário vigilância constante sobre cada passo dos traficantes. Tráfico é rua.

Em terras paulistas, a frase soa ainda mais premente. Já em 2000, a CPI do Narcotráfico, na Câmara dos Deputados, apontava o estado de São Paulo como “o principal local de rota, apoio, distribuição e consumo de drogas do país”. A prevalência do estado, segundo a CPI, se sustenta por sua infraestrutura e localização geográfica: “Para qualquer parte do país e do mundo o traficante tem rodovias, aeroportos e portos; tem a vantagem dos canais para arremessar e receber a droga e outros produtos do crime; tem as pistas oficiais sem nenhum controle e as clandestinas que até parece que foram feitas sob encomenda, e por fim a sua localização, que para ir a qualquer parte do país é quase obrigatória a passagem pelo estado de São Paulo”.⁸

Afinal, na ponta estão milhões à espera de uns gramas para suportar o trabalho pesado, atravessar os minutos de tédio ou só para curtir com os amigos no fim de semana. O bálsamo da vida moderna tem a forma de um pó fino e brilhante.

Como repórter dos jornais *Bom Dia* e *Diário da Região*, ambos em São José do Rio Preto, e *O Estado de Mato Grosso do Sul*, de Campo Grande, além da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Ribeirão Preto, acompanhei de perto nos últimos catorze anos boa parte das investigações policiais que tiveram a rota caipira como alvo. Nesse período, fui autor de reportagens de pelo menos nove grandes operações das polícias Federal e Civil, tanto na fase de deflagração da operação, quando jornalistas costumam se engalfinhar na porta da delegacia em busca de informação, quanto nos detalhes da investigação, incluindo as escutas telefônicas, obtidas por meio de fontes com acesso direto aos inquéritos, geralmente protegidos do público pelo sigilo de Justiça — na maior parte das vezes sem justificativa plausível. Este livro é a oportunidade de o leitor ter acesso aos detalhes dessas investigações, a grande maioria delas inédita. Isso porque pesquisei, durante quatro anos, 41 operações policiais contra o narcotráfico na rota caipira. Para isso, foram analisadas 80 mil páginas de inquéritos policiais, denúncias do Ministério Público e sentenças da Justiça, documentos, na sua maior parte, sigilosos, de onde foi extraída a maior parte dos diálogos do livro, transcritos, sempre que possível, de modo literal. Nesse período, entrevistei 75 policiais, promotores, juizes, advogados, jornalistas e traficantes, no Brasil, no Paraguai e na Bolívia, envolvidos direta ou indiretamente com as histórias aqui narradas.

O resultado, creio, é uma análise ampla de todos os meandros da rota caipira e o comportamento, muitas vezes curioso, dos seus barões. Um deles é Luciano Geraldo Daniel, o Tio Patinhas, que amealhou milhões no comando de um intrincado esquema de transporte de drogas para o interior paulista, e certo dia quis renascer na pele de outra pessoa. Fortuna só comparável à de Joseph Nasrallah, libanês que construiu um palácio enquanto negociava toneladas de cocaína a partir da região de Campinas. Seus esquemas seriam aperfeiçoados anos depois pelos

patrícios Mohamed, Hussein e Jamal, irmãos muito bem-relacionados nos altos escalões políticos, onde o narcotráfico busca dividir seu poder.

A cocaína é generosa. Dá riqueza a quem nasce em berço pobre. De cortador de cana, Lourival Máximo da Fonseca tornou-se um dos dez maiores traficantes em atuação no Brasil, depois de se radicar na Bolívia — anos depois, outro traficante, o “caipira” Eurico Augusto Pereira, aprenderia tudo por lá. Cabeça Branca deixou de tocar bocas de fumo no norte do Paraná para transportar toneladas de cocaína pela rota caipira, exportadas como recheio de buchos bovinos em sociedade com empresários portugueses acima de qualquer suspeita.

O fantástico poder de atração do comércio atacadista de drogas é grande o suficiente para atrair lindas modelos, como a catarinense Lucinéia Capra, ou famílias inteiras, como os irmãos Penariol e Ali Jaber. Muitas vezes, nem mesmo aqueles pagos pelo Estado para combater a chaga do narcotráfico resistem às suas tentações. De heróis, policiais não hesitam em se transformar em vilões, ao desviar e revender toneladas de cocaína que deveriam por bem apreender e ainda por cima exigir propina para não prenderem o dono da droga, esquema desmontado pela PF em Sorocaba. Quando não, deixam-se levar pelo suborno de traficantes, ao melhor estilo do crime organizado. A corrupção de tiras, advogados e até do alto escalão do Judiciário parece caminhar lado a lado com o narcotráfico.

Na ânsia do lucro fácil, vale tudo para despistar o poder repressor do Estado. Um submarino para transportar até 5 toneladas de cocaína debaixo d'água, estratégia arquitetada pelo megatraficante Mário Sérgio Machado Nunes, o homem que lavava dinheiro sujo na construção de um grande hotel em Ribeirão Preto. Exportar a droga em caixas impermeáveis recheadas com a droga e acopladas nos cascos dos navios cargueiros por meio de ímãs gigantes, estratégia da máfia italiana. Ou esconder cocaína em contêineres abarrotados de farelo de soja ou de latas de pêssego em calda com o sugestivo nome “Delícias da Vovó”, como fez o dr. Chino, o discreto advogado filho de japonês que, da defesa de traficantes nos tribunais, passou a gerente de um megasquema de tráfico de cocaína que envolvia gente experiente, como o piloto Aderval

Guimarães da Silveira, que trocou uma carreira bem-sucedida na Varig pelo transporte aéreo de cocaína. Quase a cópia do esquema do jovem sorocabano Igor Christea, artífice na exportação da droga para o oeste africano escondida em cargas de etanol, portas e até gigantescas válvulas de usinas hidrelétricas.

Nem a cadeia parece impedir as negociatas dos barões. Com um celular nas mãos, transformam suas celas em escritórios do crime. Assim é com o PCC, facção que fez do tráfico sua principal fonte de renda. Mesmo presos, seus líderes comandam com mão de ferro a compra e distribuição, no interior de São Paulo, de cocaína adquirida na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Ocupam-se de uma clientela crescente, o viciado no interior paulista, com sua classe média numerosa, abastada e muitas vezes exigente, oportunidade para traficantes diferenciados, como Osvaldo Altino Juliano Filho, o Finofó, que ganhou fama por vender o melhor pó de São José do Rio Preto. Essa mesma classe média serve de camuflagem a quem um dia desejou lavar o dinheiro adquirido no comércio de drogas, caso do colombiano Jorge Enrique Rincón Ordoñez e seu plano de criar uma empresa de táxi aéreo em solo caipira com dinheiro do tráfico. Ou de Lucio Rueda-Bustos, membro de um dos maiores cartéis do tráfico no México que, por cinco anos, manteve a fama de empresário acima de qualquer suspeita no interior paulista, até ser desmascarado pela Polícia Federal. Esses mesmos cartéis usaram aeroportos caipiras como base para um megasquema de tráfico de cocaína — tudo pelas mãos de um pastor evangélico. Houve ainda quem tenha realizado planos de perpetrar seus dotes para o narcotráfico além das fronteiras do país de origem, caso do colombiano Eduardo Echavarría, que tinha o “capo” Pablo Escobar por padrinho.

Além de acompanhar de perto o trabalho policial, me arrisquei em investigações próprias, como a troca de carros roubados ou financiados fraudulentamente no interior paulista por cocaína e maconha nas fronteiras com o Brasil e Paraguai. Em longas viagens à fronteira e ao coração da Bolívia, também pude conhecer de perto as plantações de coca e reunir informações sobre a ação violenta de traficantes de Mato Grosso para manter o domínio da desova de droga no estado de São

Paulo, com a morte mais cruel possível de seus rivais. Mesmo sangue-frio dos tribunais do crime, em que pequenos deslizes dos soldados do tráfico podem resultar no assassinato mais cruel possível, sem chances de defesa.

Histórias tão camaleônicas têm um aspecto em comum: o protagonismo da rota caipira nos fluxos mundiais da mais lucrativa das mercadorias.

Lista de siglas

ADA	Amigos dos Amigos
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CDL	Comando Democrático para a Liberdade
CDP	Centro de Detenção Provisória
CGPRE	Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes / Polícia Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
Cisa	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
Coaf	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
Comdabra	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COT	Comando de Operações Táticas / Polícia Federal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CV	Comando Vermelho
DEA	Drugs Enforcement Administration / Estados Unidos
Deic	Departamento de Investigações sobre Crime Organizado
Denarc	Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico / Polícia Civil de São Paulo
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
DFS	Dirección Federal de Seguridad / México
DDA	Direzione Distrettuale Antimafia / Itália
DIG	Delegacia de Investigações Gerais / Polícia Civil de São Paulo
Dinac	Dirección Nacional de Aeronáutica Civil / Paraguai

Dinar	Dirección Nacional de Narcóticos / Paraguai
Dise	Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes
DOF	Departamento de Operações de Fronteira / Polícia Militar de Mato Grosso do Sul
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
FAB	Força Aérea Brasileira
Farc	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
Felcn	Fuerza Especial de Lucha contra el Narcotráfico / Bolívia
Gaeco	Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado
Gefron	Grupo Especial de Fronteira / Polícia Militar de Mato Grosso
Gise	Grupo de Investigações Sensíveis / Polícia Federal
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IC	Instituto de Criminalística
INCD	Instituto Nacional para el Combate a las Drogas / México
IPA	Instituto Penal Agrícola
MPF	Ministério Público Federal
NAS	Narcotics Affairs Section / Estados Unidos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONA	Oficina Nacional Antidrogas / Venezuela
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
Senad	Secretaría Nacional Antidrogas / Paraguai
Soca	Serious Organised Crime Agency / Grã-Bretanha
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJ	Tribunal de Justiça
TOR	Tático Ostensivo Rodoviário
TRF	Tribunal Regional Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
Unodc	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

1

Tio Patinhas

Poucos enriqueceram como ele na rota caipira. Luciano Geraldo Daniel, o Tio Patinhas, como era chamado pela polícia, reuniu, em menos de uma década no tráfico, um patrimônio milionário que incluía onze fazendas Brasil afora, dois edifícios inteiros e casas de veraneio no litoral catarinense, uma construtora, um helicóptero avaliado em R\$ 3 milhões e dezenas de carros de luxo, incluindo um Corvette de mais de R\$ 1 milhão. Resultado de esquemas no atacado de transporte e manipulação da droga, que fizeram do rapaz mirrado um dos maiores traficantes brasileiros no início dos anos 2000, depois de Leonardo Dias Mendonça e Fernandinho Beira-Mar. Luciano remetia, para São Paulo e Europa, uma média de 1 tonelada mensal da cocaína mais pura e cara.

Tio Patinhas conhecia como ninguém a rota caipira porque nasceu nela, em Americana (SP), no dia 26 de fevereiro de 1970. Caçula de dois irmãos, morava na Vila Amorim, bairro de classe média baixa da cidade. Na infância, ganhou o apelido de Ratinho devido aos dentes salientes na boca — corrigidos anos depois. Perdeu o pai na adolescência, e logo teve de trabalhar para ajudar no sustento da casa. Virou tecelão em uma das muitas fábricas de tecido da cidade, no fim dos anos 1980. Mas, com a crise no setor a partir da década seguinte, causada pela importação em massa de tecidos da China, acabou demitido. E conheceu o narcotráfico.

Luciano, porém, nunca foi um traficante convencional, desses de boca de fumo. Em uma época em que os traficantes paulistas traziam cocaína da Bolívia em pequena escala, Luciano, rapaz educado e carismático, inovou ao negociar grandes remessas da droga diretamente com os cartéis bolivianos e colombianos, incluindo os de Cáli e Medellín. Em pouco tempo já era considerado o maior traficante do estado de São Paulo. Anos depois, seu esquema seria copiado com sucesso pelo PCC, a que se filiaria anos mais tarde.

Por vários anos, Tio Patinhas permaneceu oculto para a polícia. Em 1990, teve sua primeira passagem policial, por receptação, ao comprar um revólver furtado de um sargento da Polícia Militar. Seis anos depois, foi preso por tráfico de drogas. Mas a polícia continuou a ignorar sua ascensão no crime até 1999, quando seu nome chegou ao conhecimento do Denarc. Acabou preso em flagrante, com o comparsa João Carlos Gonçalves de Souza, o Bola, em 17 de abril daquele ano, com 37,8 quilos de cocaína armazenados em quarenta tijolos escondidos em um veículo estacionado em um posto de combustível da rodovia Anhanguera, em Limeira. Como sabiam que o grupo procurava comprador para a droga, os policiais se passaram por traficantes e foram até o posto. Pelo entorpecente, ofereceram US\$ 120 mil dólares falsos, e anunciaram o flagrante. O grupo ainda tentou subornar os policiais com 10 quilos da droga e armas para não ser preso, mas não deu certo.¹

No dia seguinte, 18 de abril, Luciano foi levado para a Cadeia Pública de Limeira, e, uma semana depois, para a cadeia de Piracicaba. Mas ficou apenas um mês atrás das grades. No dia 19 de maio, fugiu por um túnel, e tomou uma decisão radical: matar a si mesmo. Emagreceu, procurou um cirurgião plástico na terra natal e mudou o contorno dos olhos, orelhas e nariz. Em seguida, pagou para que seu prontuário médico fosse destruído. Faltavam os documentos. Subornou servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo para obter um novo registro de identidade, em nome de Luiz Carlos Luciano Bristol, nascido em Santos, e apagar todos os registros anteriores, inclusive as impressões digitais. Pronto: Luciano tornara-se invisível.

Anos depois, ao ser preso, Luciano admitiu em depoimento usar nome falso.

— Eu me encontrei foragido. E aí... na época, quando eu estava preso, todo o pessoal da cela saiu e aí eu aproveitei a fuga e fugi junto com eles. E aí eu não poderia usar o meu nome. E na verdade uma pessoa que eu contratei, eu dei a minha foto para ele e ele fez os documentos para mim.

Se ele fosse detido naquela época, seria impossível provar que aquela pessoa era Luciano Geraldo Daniel, diz o delegado da Polícia Federal Cláudio Dornelas. Homenzarrão claro e careca, protótipo do tira norte-americano, Dornelas se tornaria o grande algoz do traficante no início dos anos 2000. Passou a seguir seus passos, e descobriu um megaesquema de tráfico via rota caipira. No início daquele ano, Luciano procurou o dono da fazenda Zaíra, local de difícil acesso na zona rural de São Gonçalo do Abaeté (MG). Comprou a propriedade por R\$ 1 milhão, em notas de R\$ 10. Em seguida, demitiu todos os funcionários, pagando as rescisões trabalhistas também em dinheiro, trancou as portei­ras e construiu uma pista de pouso no local. Dali em diante, a fazenda se transformou em ponto de chegada da droga vinda da Bolívia e Colômbia por avião. Da Zaíra, o entorpecente era levado até um sítio em Santo Antônio da Alegria, na região de Ribeirão Preto, registrado em nome de um dos integrantes da quadrilha. No sítio, a droga era refinada pelo próprio Luciano, com a ajuda de poucas comparsas.

— O grupo dele costumava ser pequeno, porque não dependia de outros traficantes para preparar o entorpecente. Ele mesmo refinava a cocaína, conhecia bem os métodos de preparo da droga. Tanto que as mãos dele são carcomidas de ácido — diz o delegado.

Com 1 quilo de pasta-base, Luciano conseguia fazer até seis de cloridrato, com boa aceitação entre os viciados. Refinada, a droga era levada para São Paulo, mercado consumidor final.

O negócio das drogas fez Luciano enriquecer rapidamente. Para lavar tanto dinheiro, Tio Patinhas decidiu comprar imóveis, principalmente fazendas, registrá-los no nome de laranjas e enchê-los com bois. Primeiro foi a fazenda Santa Cruz, em Cássia (MG), em nome de um tio de Luciano. Depois veio a fazenda Beira-Rio, de 120 alqueires,

em Altinópolis (SP), adquirida por R\$ 600 mil em nome de um dos padrinhos de casamento dele, a chácara São Pedro, em Mococa (SP), também no nome do tio, e uma mansão em Franca (SP), onde Luciano morava. Somados, os imóveis valiam em torno de R\$ 5 milhões, em valores da época.² Nada que despertasse suspeitas no interior de São Paulo e Minas, onde Luiz Carlos Luciano Bristol vendia a imagem de próspero criador de gado. Sempre em veículos da cor prata, costumava carregar uma maleta com US\$ 200 mil, que, acredita o delegado, eram destinados a subornar a polícia caso fosse preso.

A compra de tantos imóveis em tão pouco tempo chamou a atenção. Afinal, não era todo dia que alguém comprava fazendas na região com malas de dinheiro vivo. Parte das notas era retirada na boca do caixa por Tio Patinhas. Desconfiado, o gerente do banco acionou a Polícia Federal mineira. A missão caiu para o dr. Dornelas. Em junho de 2001, por ordem dele, um grupo de agentes passou a seguir os passos de Tio Patinhas. A surpresa veio quando chegou à PF uma cópia da carteira nacional de habilitação feita por Luciano em uma autoescola de Santos quando ele já havia mudado o rosto, mas não o nome. Descobriu-se então que o pecuarista Luiz Carlos era o conhecido traficante Luciano Geraldo Daniel. O passo seguinte foi rastrear os passos de Tio Patinhas. Em uma tarde de junho de 2001, o delegado Dornelas estacionou o carro na praça da pequena Altinópolis com a fotografia de Luciano nas mãos e abordou um grupo de idosos:

— Vocês conhecem este homem?

— Sim; ele compra gado toda semana, não sai daqui da cidade.

Um mês depois, no dia 13 de julho, a PF invadiu a fazenda Zaíra, em São Gonçalo do Abaeté, e o sítio em Santo Antônio da Alegria. Na primeira, apreendeu 45 quilos de crack, e na segunda encontrou um laboratório completo para o refino da droga. Três integrantes da quadrilha foram presos em flagrante, mas Luciano não foi encontrado. Tio Patinhas virava lenda, e sua prisão, um desafio para a polícia.

Foi no rastro da ex-modelo Lucinéia Capra que a polícia voltou a esbarrar no grupo de Luciano, em agosto de 2003. Por onde passava, Lucinéia chamava logo a atenção pela beleza. Alta, loira, olhos azuis e corpo

magro e curvilíneo, ela nasceu em Nova Itaberaba, oeste catarinense. Aos 17 anos, os pais se separaram e ela se mudou com a mãe e a irmã mais velha para São José do Rio Preto (SP), onde as três começaram a trabalhar em uma churrascaria. Lucinéia tentou seguir carreira de modelo. Fez vários ensaios fotográficos e chegou a receber convite para trabalhar no Japão. Mas, antes, no balcão da churrascaria, conheceu Guilherme Lopes de Alencar, que se apresentou como fazendeiro em Mato Grosso. Começaram a namorar e três meses depois Lucinéia engravidou. Interrompeu a carreira nas passarelas e mudou-se com Guilherme para Limeira (SP). Lá, ela descobriria que, na verdade, o marido era o principal gerente de Luciano em um novo esquema de tráfico internacional. Mas, em vez de se afastar de Guilherme, ela decidiu mergulhar de cabeça nos negócios escusos do marido. Usando o disfarce da própria beleza, a ex-modelo era responsável pelos contatos para a venda da droga adquirida pelo grupo.³

Em junho de 2003, o casal se mudou de Limeira para uma casa luxuosa no Jardim São Paulo, bairro de classe média em Rio Claro (SP). Eles não perceberam que na casa vizinha morava Marcos Garcia Fuentes, delegado da Polícia Civil da cidade. Em poucas semanas, a movimentação intensa na casa passou a chamar a atenção de Fuentes. Na época, ele estava afastado do cargo por problemas de saúde. Com tempo livre, começou a prestar atenção nos novos vizinhos. Até que um dia Guilherme engatou conversa com a mãe de Fuentes. Disse que era um administrador de fazendas de Mato Grosso e propôs alugar um terreno ao lado da casa do vizinho para guardar caminhões. O delegado pediu para a mãe omitir sua profissão e dizer ao rapaz que ele era um advogado na cidade.

As suspeitas de Fuentes sobre o casal ganharam fôlego quando ele começou a vasculhar o lixo dos vizinhos e descobriu vários bilhetes de passagens aéreas, inclusive para a Bolívia e a Colômbia. Só poderiam ser traficantes, concluiu. Na imobiliária, Fuentes descobriu que Guilherme havia adquirido a casa por R\$ 160 mil, pagos à vista e em dinheiro. O que era suspeita se tornou certeza quando o delegado foi procurado por agentes da DEA, que vinham investigando

a atuação de Luciano Geraldo Daniel — havia a suspeita de que ele estivesse remetendo cocaína para os Estados Unidos.

Em julho de 2003, a Polícia Civil da cidade passou a montar campanha em frente ao imóvel. Certo dia, os investigadores viram Lucinéia chegar num Audi preto e esperar por Guilherme, que saiu do imóvel com uma mala pesada até a caminhonete dele, uma Silverado. Seguindo o veículo, os policiais constataram que, diariamente, por volta das 6 horas, Guilherme seguia com a Silverado para o sítio Marimel, a 5 quilômetros do distrito de Ajapi, em Rio Claro. Chegava em alta velocidade até a porteira, aberta pelo caseiro da propriedade, e entrava rapidamente no sítio, adquirido em março de 2003 por R\$ 400 mil, tudo pago em dinheiro vivo.

A polícia decidiu invadir o imóvel em 7 de agosto daquele ano, com mandado judicial. O acesso ao imóvel, a partir da porteira, tinha vários obstáculos na estrada de terra estreita, além de vários cães de guarda da raça pit-bull. Eles se misturavam com as 40 cabeças de gado, que serviam para dar aparência de legalidade ao local. Nas três edificações do sítio, os policiais encontraram um sofisticado laboratório de refino de cocaína, dividido em sala de preparação, de embalagem e depósito. Havia balança, prensas, um embalador a vácuo, fogão industrial, formas de alumínio, três tambores com pó branco, um tambor com sacos plásticos, dezesseis caixas com frascos de éter, 22 caixas com frascos de acetona e 31 caixas com frascos de ácido sulfúrico, produtos que o grupo desviava de grandes indústrias do ramo. Em uma das casas do sítio, os policiais encontraram 767,6 quilos de cocaína, embalada em tijolos com as inscrições “X”, “Z” e “100”, que seriam endereçados à Espanha. Segundo o caderno com a contabilidade do tráfico apreendido no local, as letras e números indicavam o grau de pureza da cocaína. Quatro dias depois, em uma prensa, a polícia encontrou mais 26,2 quilos da droga. Também havia radiocomunicadores e um aparelho GPS usado na aviação civil, sinal de que a droga chegava por via aérea ao interior paulista.

Além da grande quantidade de droga, os policiais se assustaram com o arsenal apreendido no sítio: quatro espingardas de vários calibres,

uma submetralhadora, dois revólveres, uma pistola, um silenciador para metralhadora, treze granadas, dez pentes para fuzil e três para pistola semiautomática. Além disso, havia três fuzis, dois deles com a inscrição do governo americano. Para o delegado Dornelas, um claro indicativo de que a quadrilha adquiria, além de drogas, armas que as Farc tomavam de militares norte-americanos na selva colombiana. Segundo a Polícia Federal, o armamento pesado servia para escoltar o transporte da cocaína até o porto de Santos, de onde era despachada em navios com destino à Europa. O entorpecente era levado de caminhão ou caminhonete, escoltado por dois automóveis, um à frente e outro atrás, com todos os ocupantes fortemente armados. No sítio, os policiais ainda encontraram uma caminhonete Ford F1000 carregada com armas, tijolos de cocaína e um tanque de combustível de carro com um fundo falso, onde parte da droga era escondida. Em 18 de agosto, nova diligência policial, em Pirassununga (SP), apreendeu dois caminhões.

No sítio, foram presos em flagrante seis integrantes do grupo, incluindo uma adolescente e os irmãos peruanos Marcelino e Douglas Aguilar Mendoza, responsáveis pelo refino da droga. Lucinéia, Guilherme e Luciano não estavam no local. Era a segunda vez que Luciano e seu braço direito Guilherme se tornavam foragidos da Justiça — eles tinham mandado de prisão em aberto decorrente do flagrante de 2001 da polícia mineira. Doze dias após o flagrante, a polícia retornou ao imóvel e encontrou documentos pessoais dos peruanos, passaporte da ex-modelo e carteira de identidade de Guilherme com nome falso. Todos, inclusive Luciano, foram denunciados por tráfico internacional de drogas e armas. A polícia chegou até Tio Patinhas por meio dos corretores, que identificaram o capo como o comprador da casa no Jardim São Paulo, em Rio Claro, onde moravam Guilherme e Lucinéia, e do limpador de piscinas da casa, que reconheceu Luciano como um dos frequentadores assíduos do imóvel.

No aparelho GPS apreendido no sítio, estavam registradas quatro coordenadas de diversos locais no interior do estado. Em uma delas, um sítio em Itirapina vizinho à rodovia Washington Luís (SP-310), os policiais foram recebidos a bala pelo caseiro — o homem foi baleado e

morreu. Na propriedade foram apreendidas novas armas e sete pacotes com quinhentas embalagens cada um, próprios para armazenar cocaína. Como o sítio era rodeado por cana-de-açúcar, a polícia suspeita que a droga era lançada no canavial, recolhida e levada ao laboratório no sítio Marimel. Nesse último imóvel, a polícia comprovou um velho hábito de Tio Patinhas: ele costumava escavar buracos ao redor do laboratório para enterrar os restos químicos do refino e esconder a droga.

Duas semanas antes da blitz, o delegado Fuentes notou que a movimentação na casa ao lado havia cessado completamente.

— Acho que descobriram que eu era delegado, e fugiram antes dos flagrantes — afirma o policial.

Guilherme, Lucinéia e o filho de apenas um ano desapareceram. Um mês depois, a polícia descobriu que o casal estava em um rancho à beira do rio Grande, em Guaraci (SP), divisa com Minas. Mas, quando Fuentes chegou ao local, Guilherme e Lucinéia já haviam deixado o imóvel. O delegado ainda investigou a informação de que o casal estava em Pedro Juan Caballero, mas nada foi comprovado. Até novembro de 2016, o paradeiro da ex-modelo e do marido seguia um mistério para a polícia e para a família de Lucinéia.

— Nunca mais tivemos notícia dela. Nenhum telefonema, nenhuma pista — diz a irmã Ediane, que se mudou com a mãe para São Paulo, onde a família tem um restaurante.

A casa dos traficantes, no Jardim São Paulo, acabou confiscada pela Justiça e transformada em delegacia.

— Não desisti de procurá-los — garante o delegado Fuentes.

Luciano foi condenado pela 2ª Vara Federal de Rio Claro a 26 anos e oito meses de prisão por tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo. Os irmãos peruanos acabaram sentenciados, cada um, aos mesmos 26 anos e oito meses de prisão, e Lucinéia a dezessete anos e nove meses, todos por tráfico internacional de drogas, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo.

Os réus recorreram ao TRF da 3ª Região, que reduziu a pena de Luciano para 22 anos e oito meses, a dos peruanos para dezoito anos e oito meses, e a de Lucinéia para doze anos e dois meses.⁴ Posteriormente, parte

da sentença acabou anulada nos tribunais superiores por vício processual. O processo de Guilherme, separado dos demais, ainda não foi julgado.

Alheio à batalha judicial, Luciano permaneceu longe das garras da polícia. Em 2004, foi perseguido pela PM em Tupi, distrito de Piracicaba. Acabou abandonando sua picape e fugiu pela mata, deixando no banco do veículo sua pistola .380. Não havia mais como sair do tráfico. Os compromissos eram muitos, com fornecedores e com compradores, diria depois a um ex-policia de Americana. Mergulhado no narcotráfico, Tio Patinhas tinha de levar seu negócio milionário para outras paragens na rota caipira.

Em vez de Minas, Luciano voltou seu foco criminoso para Santa Catarina. Antes mesmo da blitz em Rio Claro, em 2002, Tio Patinhas procurou em Balneário Camboriú um conhecido, Floriano Nolasco da Silva Júnior, piloto desde os anos 1980, e o convidou a trazer de helicóptero pasta-base de cocaína do Paraguai até o interior de São Paulo. Proposta aceita, Tio Patinhas comprou um Esquilo por US\$ 700 mil e o entregou a Floriano. A cada duas semanas, em média, o piloto buscava 300 quilos de pasta-base em Porto Murtinho (MS), fronteira com o Paraguai, de uma quadrilha de traficantes bolivianos. Na volta, descia em Bonito (MS), onde era informado do ponto exato onde deveria descer para abastecimento. Para dificultar qualquer interceptação policial, as coordenadas geográficas eram codificadas em palavras, em que cada letra correspondia a um número. A mais comum delas era “Brilhantex”, indicativa de um descampado na área rural de Palma Sola, cidadezinha de Santa Catarina na divisa com o Paraná.

Lá, Gilmar Abarcherli Ferreira e a esposa cuidavam de fornecer o querosene para o helicóptero, que sempre chegava por volta do meio-dia. Minutos antes, a mulher estacionava o seu carro em frente ao posto da Polícia Militar da cidade e ficava no local até a aeronave levantar voo, a fim de evitar qualquer abordagem policial. Reabastecido, o helicóptero retomava a viagem até a fazenda Diamante, em Pardinho, ou a fazenda Santa Teresa, em Gália, ambas na região de Botucatu (SP). Nem tocava o chão — da aeronave, os tripulantes jogavam os seis ou oito fardos

da droga diretamente na carroceria de uma caminhonete. Depois, o piloto reabastecia no aeroporto de Botucatu e retornava para Santa Catarina, até nova ordem de Luciano. Para cada viagem à fronteira com o Paraguai, Floriano recebia US\$ 20 mil.

Nas duas fazendas, Luciano mantinha laboratórios para refinar a droga e multiplicar sua quantidade — cada 300 quilos se transformavam em 1 tonelada de cocaína de boa qualidade, sob a supervisão de Tio Patinhas. Dias depois, a droga acabava remetida para São Paulo e Europa, novamente escoltada sob forte vigilância armada. Cada uma dessas viagens gerava lucro de R\$ 5 milhões, estima a Polícia Federal.

Para lavar o dinheiro sujo das drogas, Luciano voltou a investir em fazendas. Antes, trocou o nome falso Luiz Carlos Luciano Bristol, “queimado” pela PF mineira, por três outras identidades, adquiridas em Mato Grosso: Luiz Carlos Marques, Luís Carlos Marques e Luiz Carlos Rodrigues. Em nome deles e de novos laranjas, Tio Patinhas registrou o seu novo império: onze fazendas nos estados de São Paulo e Goiás, um terreno em Itaquaquecetuba e uma casa em São Paulo. Além disso, adquiriu, por meio de um empreiteiro laranja, a Construtora Paixão, de Santa Catarina, e nela investiu US\$ 1 milhão, incluindo a compra de um edifício inteiro em Balneário Camboriú, o “Pablo Neruda”.

O mesmo empreiteiro também emprestou o nome para que Luciano ocultasse uma frota de carros de luxo, incluindo um Corvette avaliado em R\$ 1 milhão, usado com frequência por Tio Patinhas, e uma BMW X5 de R\$ 200 mil, em valores da época. Mesmo com tantos imóveis e veículos, o dono formal da empreiteira declarou renda anual de apenas R\$ 3,4 mil em 2005. “Seria de se supor estarmos diante de um sonegador de impostos não houvesse indícios de, no caso em tela, tratar-se de um testa de ferro da organização criminosa”, escreveu o Ministério Público Federal ao denunciar o grupo. Mesmo Luiz Carlos Rodrigues, um dos nomes falsos utilizados por Luciano, declarou em 2004 apenas R\$ 48 mil recebidos de pessoa física do exterior. No ano seguinte, teve rendimentos tributáveis de R\$ 36 mil e lucro de R\$ 90 mil de uma factoring. “Ainda que tais rendimentos fossem reais, seriam incompatíveis com o patrimônio” do megatraficante, concluiu a Justiça.

Luciano Tio Patinhas chegava assim ao apogeu do seu esquema criminoso. A estratégia de narcotráfico parecia impenetrável à investigação policial — além de códigos complexos e coordenadas geográficas cifradas, a quadrilha trocava constantemente de telefones, e Luciano evitava transações bancárias para pagar fornecedores — a quitação era feita sempre em dinheiro vivo. Com tantos cuidados, só um acaso faria com que Tio Patinhas cruzasse novamente com a polícia. Para azar dele, em setembro de 2005, agentes da Polícia Federal do Paraná começaram a se movimentar no oeste do estado, fronteira com o Paraguai, onde havia grande fluxo de aeronaves para abastecimento. Não demorou para que ouvissem, dos camponeses da região, o relato de um helicóptero que, de tempos em tempos, dava rasantes pela região de Pato Branco (PR).

O delegado da PF Fernando Francischini assumiu a investigação, e deslocou uma equipe de dez policiais para vigiar o helicóptero. Francischini, que na época coordenava operações especiais de fronteira na região Sul, logo desconfiou que a aeronave transportava drogas. Ele tinha experiência suficiente para acreditar nessa hipótese. Oito anos antes, havia chefiado o setor de análise de informações sobre narcotráfico e terrorismo na Interpol, em Brasília. O conhecimento prévio, porém, não o eximiu de percalços. O delegado considera a investigação da quadrilha de Luciano uma das mais difíceis que coordenou, devido à complexa articulação do grupo.⁵

Em uma noite de dezembro de 2005, os agentes da PF observaram a distância Gilmar Ferreira comprar querosene de aviação em Pato Branco e pagar à vista: R\$ 4 mil. Dois dias depois, localizaram a aeronave pela primeira vez. O helicóptero voava em baixa altitude, menos de 100 metros, pela área rural de Palma Sola, até pousar em uma depressão. Com binóculos, o delegado visualizou Floriano, o piloto, e Gilmar; 20 minutos depois, o helicóptero retomou voo, com destino ao interior paulista. Nas outras duas vezes em que acompanhou a aeronave, Francischini teve o apoio do helicóptero da PF, mas, como a quadrilha sempre alterava o local do pouso, não conseguia dar o bote, e acabou por mudar de estratégia — a ideia era investigar a trajetória da aeronave até o interior de São Paulo

para flagrar todo o esquema de tráfico, a chamada “ação controlada”. A campana se repetiu até o fim de junho, quando a PF seguiu Nolasco em outro helicóptero da corporação e constatou que a aeronave sempre pousava na região de São Manuel (SP). Então, na terceira e última vez que acompanharam a trajetória do helicóptero, Francischini decidiu postar três equipes nas cidades de São Manuel, Botucatu e Pardinho. Uma delas viu, distante, a aeronave descer em um canavial entre as duas últimas cidades. Tentou chegar próximo do local, mas não conseguiu.

— Era muito rápido, coisa de segundos. Era o helicóptero baixar, a droga ser desembarcada para dentro da caminhonete e o veículo sair do meio do canavial. Então você não tem certeza para estragar uma investigação de meses, de abordar um carro desses saindo do canavial — disse o delegado.

Francischini achou mais prudente acompanhar o trajeto do veículo, até ele passar pela porteira da fazenda Diamante. A PF chegava assim ao quartel-general da quadrilha de Tio Patinhas.

A operação, batizada de Ícaro, em alusão à figura da mitologia grega que morreu ao tentar sair voando da ilha de Creta, foi desencadeada em 4 de julho de 2006. A polícia obteve da Justiça mandados de busca e apreensão em Balneário Camboriú, Palma Sola e Pardinho. No primeiro desses locais, foi detido o piloto Floriano Nolasco. Em Palma Sola, Gilmar e Neuraci. Na casa deles, foram apreendidos os galões onde o querosene do helicóptero era transportado, US\$ 13 mil e R\$ 5 mil em dinheiro vivo. No quintal, os policiais desenterraram uma caixa de sapatos com dois radiocomunicadores e um binóculo, além de anotações de números telefônicos e códigos alfanuméricos.

Na fazenda Diamante, os policiais se depararam com um galpão de 300 m² onde Luciano montara um novo laboratório de refino da droga. No local, havia peneiras, filtros de papel, máscaras para material particulado, reagentes químicos, centrífugas, prensa, moldes retangulares e baldes grandes contendo um líquido escuro — testes químicos comprovaram ser cocaína. Em um dos cômodos, as três identidades com nome falso usadas por Luciano para despistar a polícia.

Ao redor do galpão, os agentes cavucaram vários buracos — a PF já sabia que Tio Patinhas tinha por hábito esconder cocaína refinada debaixo da terra ao redor dos seus laboratórios. Após um dia inteiro de escavação, foram encontrados 52,5 quilos de cocaína em pó, dentro de tonéis utilizados para guardar leite.

Na fazenda, havia apenas o caseiro, preso em flagrante. Na manhã daquele dia, logo que invadiram a Diamante, os policiais federais notaram, ao longe, uma caminhonete S-10, cabine dupla, em fuga. Era Luciano e um outro comparsa não identificado. O delegado Francischini determinou então que uma equipe da PF acompanhasse o veículo. A S-10 rodou por horas pela região. Passou por vários bairros de Botucatu até tomar o rumo da cidade de Gália. Entrou na fazenda Santa Teresa, a 180 quilômetros da Diamante.

Como já escurecia, os policiais aguardaram o sol raiar para invadir o segundo QG de Luciano.

— Tínhamos todas as informações de que a droga tinha sido levada da fazenda Diamante para essa nova fazenda — afirmou o delegado.

Ao se aproximarem da sede da fazenda, foram recebidos a bala. Mas a reação não durou muito tempo. Dois comparsas acabaram rendidos — Luciano, novamente, não estava.

Mas a polícia sabia que ele não estava longe. E passou a vasculhar toda a fazenda, com auxílio de cães. Um dos animais começou a latir em direção a um brejo nos arredores da sede da propriedade. Luciano estava lá, imerso na lama, só parte da cabeça para fora.

Enquanto isso, outra equipe de agentes, ao entrar na sede da fazenda, já notou um forte cheiro característico da cocaína. Com cuidado, os policiais vasculharam todos os cômodos e encontraram uma fábrica voltada ao preparo da droga. Logo na sala, encontraram três balanças eletrônicas usadas para pesar o entorpecente, 4,9 quilos de cocaína e até uma seladora a vácuo utilizada para embalar a droga já refinada. No primeiro quarto, havia uma bancada de madeira e uma grande bandeja de alumínio. Em cima, um dispositivo para secagem alimentado por botijões de gás de cozinha e 25,1 quilos de cocaína. No segundo quarto, a mesma engenhoca para secar a droga — sobre a bandeja, havia dezoito

sacos plásticos com mais cocaína —, além de dois baldes plásticos grandes, um ancinho, uma espátula e uma pá de pedreiro.

No terceiro e último aposento da casa, os policiais se depararam com oito tambores cheios de ácido clorídrico, três tambores com ácido sulfúrico e outros dois com álcool. Tudo usado no beneficiamento da pasta-base. Em um canto do cômodo, chamou a atenção dos agentes nova engenhoca, com três recipientes de plástico contendo ácido, lacrados com adesivo e conectados por um sistema de mangueiras e dispositivo de gotejamento usado em hospitais para aplicação de soro. Para os peritos, o dispositivo servia para misturar os ácidos clorídrico e sulfúrico, essenciais no refino do entorpecente. No quarto também havia 14,5 quilos de cocaína em bacias plásticas. Nos fundos da casa, na cozinha, a PF encontrou peneiras, um liquidificador e mais 72,1 quilos da droga. Aos que, como Luciano, soubessem manusear a parafernália, o chefe pagava em torno de R\$ 5 mil mensais, segundo um dos funcionários disse à polícia. O total de cocaína apreendida no imóvel chegou a 116 quilos.

Havia também novo arsenal, semelhante ao apreendido três anos antes em Rio Claro. Estava no único cômodo com característica de residência, o quarto de Luciano. Dentro de um armário, a Polícia Federal apreendeu quatro fuzis, dezesseis pistolas de uso exclusivo da Polícia Militar, quatro revólveres, quatro silenciadores, mira a laser, três espingardas e quatro granadas de mão. Havia até armas do exército boliviano, lembra o delegado Francischini.

Ouvido pela polícia, Luciano admitiu a propriedade das fazendas em Gália e Pardinho e também o tráfico de cocaína. Disse ter convidado pessoalmente o piloto Floriano Nolasco para transportar pasta-base no helicóptero adquirido por ele em nome de um “fantasma”. O piloto Floriano confirmou à PF o convite de Luciano para que transportasse cocaína. Afirmou ainda que havia feito cerca de dez viagens ao Paraguai. À Justiça, no entanto, Tio Patinhas mudou a versão, e negou comercializar cocaína, apenas procaína, um anestésico com cheiro de éter usado no refino da cocaína — para cada 10 quilos da droga, eram acrescentados 600 gramas da substância.

— Eu pegava acetona e outros produtos, e eu na verdade vendia no mercado como se fosse cocaína — disse ao juiz.

— E elas [pessoas] compravam como se fosse cocaína?

— Eles achavam que era cocaína. Mas eu apresentei o produto, o produto passou e eu fiquei quieto.

Os argumentos não convenceram a Justiça. “Luciano Geraldo Daniel faz da atividade criminosa, especialmente o tráfico de entorpecente, a sua profissão”, escreveu o juiz titular da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba, Sérgio Fernando Moro, que ganharia fama no Brasil anos mais tarde ao julgar as ações penais decorrentes da Operação Lava Jato, contra um esquema de fraudes bilionárias na Petrobras. “Não se trata, outrossim, de pequeno traficante, mas de chefe de grupo criminoso estruturado, que se dedicava a atividade de tráfico complexa e estruturada, o que incluía a utilização de aeronave para tráfico internacional e de dois laboratórios de refino”, concluiu o magistrado.

Em 18 de dezembro de 2006, Moro condenou Luciano a 28 anos e seis meses de prisão por tráfico internacional de drogas e associação para o tráfico, além de posse ilegal de arma de fogo e lavagem de dinheiro. Floriano Nolasco foi sentenciado a dezenove anos de prisão pelos mesmos crimes, exceto posse de armas de fogo. Gilmar teve pena de onze anos e um mês por tráfico e associação para o tráfico internacional. Todos recorreram ao TRF da 4ª Região, que reduziu a pena de Luciano para 22 anos e seis meses, a de Floriano para onze anos e quatro meses, e a de Gilmar para sete anos e quatro meses.⁶ Novo recurso ao STJ reduziu novamente a pena de Luciano, desta vez para catorze anos e sete meses. A sentença já transitou em julgado — não cabem mais recursos.

No ano seguinte à prisão, em março de 2007, todo o “vastíssimo patrimônio” de Tio Patinhas, como classificou o juiz Sérgio Moro, incluindo a maior parte das fazendas, com 1,7 mil cabeças de gado, os imóveis urbanos e os veículos, foi confiscado e leiloado. Exceto quatro fazendas de Goiás, que totalizam 1,6 mil hectares, cedidas ao Incra para assentar 67 famílias em 2010,⁷ e o helicóptero, cujo rastro possibilitou à PF prender toda a quadrilha. Em 2012, a Justiça mineira

o condenaria novamente pelo flagrante em Patos de Minas — quinze anos e oito meses de prisão por tráfico e associação para o tráfico.⁸ A pena foi mantida pelo TJ mineiro.

No cárcere, Luciano ingressou no PCC. Fugiria em abril de 2013, durante saída temporária de Páscoa. Foram três meses de liberdade, período em que chegou a operar um novo laboratório de refino de pasta-base em uma chácara de Igaratá, vale paraibano. O imóvel tinha câmeras de vigilância na entrada e uma porta secreta, em uma parede atrás de um armário, que dava acesso ao cômodo onde a pasta-base era transformada em cloridrato e crack.

O que Luciano não sabia é que a polícia nunca deixara de vigiar seus passos. Primeiro foi o Denarc. Na manhã do dia 3 de julho de 2013, policiais do órgão invadiram a propriedade. Pelas câmeras de vigilância, Luciano e um comparsa viram a aproximação dos tiras e fugiram pelos fundos do imóvel, em área de mata. Só a droga foi apreendida — 100 quilos de cocaína e 75 de crack.

O próprio Tio Patinhas narrou a fuga em mensagens de celular para outro traficante da região de Campinas que era monitorado pela PF:⁹

“Aqui eu estou todo ralado e dolorido” / “To na base do dorflex” / “Ja estou pronto p outra”.

E estava mesmo. No dia 21, segundo a PF, ele recebeu R\$ 570 mil do PCC pelo fornecimento de 100 quilos de cocaína à facção. Parte do dinheiro foi gasta em uma carteira de identidade falsa:

“Parece q o meu [documento] ja ta pronto”, escreveu Luciano, que em seguida desabafou: “Eu que queria nao ta devendo nada para a justica.”

No dia 26 de julho, Luciano perguntou a um traficante da região de Campinas se não tinha acetona para produzir 30 quilos de cocaína:

“Voce conhece alguem que vende acetona. E entrega ai poe [por] perto. Nao precisa muito. Unns 100 litro. So p faze 30 peca.”

Três dias depois, agentes da PF prenderam Tio Patinhas no centro de São Paulo com US\$ 158 mil em uma sacola. Era parte do pagamento do PCC que seria enviada por um doleiro na capital até a Bolívia, para a compra de mais pasta-base. Luciano voltou para a cadeia, a Penitenciária

2 de Presidente Venceslau (SP), de segurança máxima. Tentei entrevistá-lo por meio do seu advogado, mas ele não quis conversa.

Mais uma vez atrás das grades e pobre, Tio Patinhas, aquele que refinava a cocaína junto aos seus comparsas, deixou aos outros “capos” da rota pelo interior paulista uma lição: jamais ter contato direto com a cocaína comercializada. Foi o que fez o “sheik”, um libanês milionário que sonhou construir um palácio em terras caipiras.